

CULTURA, SUBÚRBIO E PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO: IDENTIDADE, DESIGUALDADE E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO RIO DE JANEIRO¹

Carlos Eduardo Vilela Tiago²

Resumo

A relação entre cultura carioca, subúrbio e plataformação do trabalho evidencia dinâmicas ligadas à identidade, à desigualdade social e às transformações socioeconômicas no Rio de Janeiro. Essa interseção pode ser compreendida neste ensaio a partir de três eixos: a centralidade cultural dos subúrbios na formação da identidade carioca; as mudanças nas formas de trabalho diante da economia de plataformas; e os impactos dessas transformações sobre a vivência e a resistência cultural em territórios periféricos da cidade.

Palavra-chave: Plataformação do Trabalho; Cultura Carioca; Subúrbio Carioca.

CULTURA, SUBURBIO Y PLATAFORMIZACIÓN DEL TRABAJO: IDENTIDAD, DESIGUALDAD Y TRANSFORMACIONES SOCIOECONÓMICAS EN RÍO DE JANEIRO

Resumen

La relación entre la cultura carioca, el suburbio y la plataformación del trabajo evidencia dinámicas vinculadas a la identidad, la desigualdad social y las transformaciones socioeconómicas en Río de Janeiro. Esta intersección puede comprenderse a partir de tres ejes principales: la centralidad cultural de los suburbios en la formación de la identidad carioca; los cambios en las formas de trabajo ante la economía de plataformas; y los impactos de estas transformaciones en la vivencia y la resistencia cultural en los territorios periféricos de la ciudad.

Palabra clave: Plataformación del trabajo; Cultura carioca; Suburbio carioca.

CULTURE, SUBURB, AND THE PLATFORMIZATION OF WORK: IDENTITY, INEQUALITY, AND SOCIOECONOMIC TRANSFORMATIONS IN RIO DE JANEIRO

Abstract

The relationship between Carioca culture, the suburbs, and the platformization of work reveals dynamics related to identity, social inequality, and socioeconomic transformations in Rio de Janeiro. This intersection can be understood through three main axes: the cultural centrality of the suburbs in shaping Carioca identity; the changes in forms of work in the context of the platform economy; and the impacts of these transformations on everyday life and cultural resistance in the city's peripheral territories.

Keyword: Platformization of word; Carioca culture; Carioca suburbs.

¹ Ensaio recebido em 12/03/2026. Aprovado em 19/07/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.71000>

² Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: carlos.v.tiago@gmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3624137416471089>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1991-8148>.

Cultura Carioca e Subúrbio: Centralidade Cultural Nas Margens

Williams (2007) afirma que a cultura é uma das palavras mais complexas do idioma inglês. Adicionalmente, é impossível desenvolver uma análise cultural consistente sem alcançar uma compreensão do próprio conceito de cultura, compreendendo, desta forma, que, necessariamente, deve ser situada em uma perspectiva histórica (Williams, 2007). Assim, é preciso uma apreciação histórica para que haja uma melhor compreensão da cultura em uma determinada territorialidade. Tal autor relaciona o progresso dos conceitos de sociedade, economia e cultura, apontando que, apesar de não terem evoluído no mesmo ritmo, tais conceitos avançaram na mesma direção.

Para Gramsci (1999, apud Ramos; Moratori, 2017), é a cultura que é estabelecida socialmente por meio de seus sistemas de valores, regramentos e padrões de comportamento com vistas a preservar a coesão social. Essa coesão, para Ramos e Moratori (2017), vista como a formação de uma unidade de um grupo social, não é unânime e homogênea, mas sim uma unidade que surge por meio do consenso ativo dos membros de um grupo, o que Gramsci denomina por “hegemonia”. A ideologia dominante, e, assim, a cultura, sendo a difusão das representações das concepções e ideias da classe dirigente, comumente se associa à garantia de efetivo exercício da propriedade privada dos meios de produção, bem como do direito de explorar o trabalhador (Ramos; Moratori, 2017).

No entanto, para tais autoras, cada indivíduo é um filósofo em potencial, na visão de Gramsci, sendo capaz de refletir sobre sua realidade, contestando as verdades expostas e explorando as verdades silenciadas. Já para Matos (2012, apud Ramos; Moratori, 2017), o autor Raymond Williams (2007) buscou enfatizar em sua obra que o significado de cultura ocorre por meio da expressão de diversas manifestações em sentido amplo, refletindo, assim, um modo de vida de uma coletividade. Assim, a cultura inventa os participantes, porém estes também colaboram para a realização de mudanças na cultura na qual todos estão “imersos”.

Diante disto, para a classe trabalhadora, as precárias condições de trabalho e de vida, presenciada nos territórios em que foram relegados a residir, sendo os subúrbios com precária infraestrutura, não são abarcados pelo que é denominado comumente por “progresso” (Carneiro; Mattoso, 2023). Tal realidade se defronta com os lugares abastados, contendo uma infraestrutura abundante e moderna e ruas

planejadas sob a ótica do paisagismo, onde estes trabalhadores empreendem os seus esforços laborais e disponibilizam os frutos deste trabalho.

Tais contradições são experienciadas e assimiladas cotidianamente pelos trabalhadores e trabalhadoras em suas jornadas de deslocamento, de trabalho e de períodos de descanso. Estas vivências se refletem nas manifestações culturais produzidas por estas pessoas as quais buscam expressar seus modos de vida, enfatizando o pertencimento a um território e a uma classe de subalternizados.

O território compreende um lugar que é tanto geográfico quanto social. É considerado social uma vez que abriga os sinais produzidos pelo trabalho humano, pelas relações de poder entre os indivíduos e pela sua relação com o ambiente em que vivem (Carneiro; Mattoso 2023). O território também retrata o dinamismo dos fluxos de capital e territorializa a classe trabalhadora e os demais subalternos, pauperizados e marginalizados, pois configura uma imposição a esta classe do modo de produção, reprodução e acumulação capitalista, com determinadas condições de vida e de existência.

O que seria o conceito de subúrbio? Por onde passa a linha do trem? De acordo com Carneiro e Mattoso (2023), o conceito de “subúrbio” está estritamente relacionado com o processo de urbanização das cidades, com a produção social específica realizada nestes espaços e com as diversas e singulares formas de sociabilidade, refletindo uma parte da cultura carioca, longe dos holofotes, sendo única no contexto social e histórico da cidade do Rio de Janeiro.

Na visão dos autores supracitados, no início os subúrbios configuraram áreas de transição entre o urbano e o rural, entre o assim chamado “progresso e atraso”, sendo regiões marcadas por céleres mudanças decorrentes da urbanização, onde não se abrigam as características emblemáticas da metrópole em expansão, sendo frequente o uso da linha de trem como referência de localização. Para Carneiro e Mattoso (2023), a modificação da nomenclatura de “arrabalde” para “subúrbio” está atrelada a um processo de ocupação de espaços por grupos sociais que tradicionalmente costumam ocupar áreas menos valorizadas das zonas urbanas, sendo tais regiões marcadas pela presença de fazendas e engenhos.

Este contexto de mudanças dessas áreas, marcado pela passagem e indefinição entre o rural e o urbano – e, portanto, atravessada pela convivência com diversas inquietações e ambivalências inerente a sua constituição – possibilitou uma

produção social de um modo de vida suburbano, o qual se assemelha ao periférico por conta da situação de marginalidade econômica e social. No entanto, estes locais suburbanos abarcam expressões culturais genuínas de um lugar caracterizado pela singularidade e complexidade, porém criminalizado, invisibilizado e estereotipado pelos centros urbanos.

O subúrbio, nesse sentido, é mais que um espaço geográfico, sendo também um campo simbólico de resistência cultural, onde se afirmam identidades negras, pobres, periféricas e trabalhadoras, em confronto com os centros hegemônicos de poder, estética e reconhecimento. Essa centralidade periférica ao capital tensiona a noção de uma cidade partida ou fragmentada (Ventura, 2024) onde os centros urbanos isolam os subúrbios da cidade, reduzindo-os ao status de meras regiões pauperizadas e violentas longínquas.

Desta forma, para Carneiro e Mattoso (2023), a separação social promovida no interior das cidades, formando verdadeiras fronteiras espaciais e simbólicas, como é o caso do Rio de Janeiro, envolve diferentes aspectos como, por exemplo, as destinações de volumes de investimentos públicos, o traçado das linhas férreas e das vias expressas que funcionam como infraestruturas segregadoras que estabelecem diferentes dinâmicas socioeconômicas dentro da própria metrópole.

Por outro lado, o que se entende por “subúrbio” não se resume ao que é comumente associado como sendo uma parte segregada e subalterna da cidade, frequentemente associados pejorativamente à falta de civilidade (Carneiro; Mattoso, 2023), de onde são oriundos os trabalhadores pauperizados. Tais áreas costumam ser comumente percebidas como ambientes onde se concentram os perfis que constituem em grande parte do público-alvo das políticas sociais.

No entanto, o que se procura enfatizar neste ensaio é que não existiria um centro próspero sem presença dos suburbanos. Estes locais suburbanos se caracterizam por um dinamismo cultural pujante do Rio de Janeiro e são de onde provém a massa da força de trabalho que cria e leva cultura e infraestrutura para os centros. Desta forma, o samba, o funk, o choro, as rodas culturais, os saraus periféricos, o jongo, o futebol, o charme e os bailes são manifestações que surgem nesses territórios, segundo Carneiro e Mattoso (2023), moldando a identidade popular carioca, ainda que marginalizados nos discursos oficiais de cultura. Assim, existe uma

“centralidade periférica” (Carneiro; Mattoso, 2023) em termos de produção econômica e cultural.

Dentro deste contexto territorial e social da cidade do Rio de Janeiro, a cultura carioca amplamente disseminada é habitualmente vinculada a imagens de cartões postais em localidades da Zona Sul, considerado “cosmopolita, civilizado e centro de referência simbólica” (Carneiro; Mattoso, 2023) – como o samba em Ipanema, na Glória ou as rodas da Pedra do Sal. No entanto, tal narrativa tem sido utilizada para invisibilizar os subúrbios, os quais, contraditoriamente, foram os principais palcos de apresentações musicais e poéticas e de onde provém a força motriz das diversas expressões culturais da cidade do Rio de Janeiro, as quais são reconhecidas internacionalmente como sendo manifestações genuinamente brasileiras.

É no subúrbio carioca e na região central da cidade - sendo terra de Pixinguinha, Chiquinha Gonzaga e Joaquim Calado - onde nasceu, primeiramente, o choro como uma forma de resistência à então hegemônica música erudita europeia, as quais consistiam em músicas de concerto, sinfonias, óperas e peças para piano e violino. Este gênero musical brasileiro correspondeu a uma transgressão às formas de execução das obras europeias que, com influência de outros ritmos e gêneros, como o lundu e o tango, tornou-se uma forma musical genuinamente brasileira.

Posteriormente, é deste mesmo lugar que nasceu o samba, com o protagonismo, dentre outros, de Noel Rosa e Wilson Batista. Segundo Hermano Vianna (1995), foi só nos anos 1930 que o samba carioca começou a colonizar o carnaval brasileiro, transformando-se em símbolo nacional. Conforme apontado por Carneiro e Mattoso (2023), a cultura tem sido uma das formas priorizadas pelas coletividades como atuação sobre a realidade e exercício da política, passando a configurar um movimento que propiciou a conexão entre arte/música e política, cultura e participação.

Tais movimentos de coletivos culturais empreenderam interações e transformações sobre o território, criticando a massificação da cultura e a falta de investimentos culturais por parte do poder público nas regiões marginalizadas das cidades. Tais manifestações culturais buscam atuar politicamente, promovendo visibilidade para o subúrbio e criticando o abandono dos equipamentos culturais e da infraestrutura desses locais por parte dos governos. Adicionalmente, o que se buscava

era ressignificar esses espaços suburbanos, apropriando-se socialmente destes e valorizando o sentimento de pertencimento por todos os seus ocupantes.

Cabe ressaltar que, diante do avanço do capital industrial como nova forma de acumulação e de organização da força de trabalho na sociedade brasileira, em particular nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a malandragem foi uma das formas de resistência empreendida por aqueles que não queriam se enquadrar como “massa” de trabalhadores da nascente indústria a partir dos anos 30. Antes havia o predomínio do latifúndio escravocrata. Neste momento, prevalecem as indústrias e as fábricas com trabalhadores e trabalhadoras tecnicamente treinados e em condições de precariedade.

O subúrbio carrega uma conotação de um território e um lugar de segregação e marginalização de uma classe trabalhadora subalternizada, com baixo acesso aos serviços públicos de qualidade e com baixo nível educacional. Tais trabalhadores majoritariamente exercem ocupações e trabalhos temporários, como poucos ou nenhum direito trabalhista, em condições precárias e marcadas pela instabilidade: estes foram denominados por Singer (2012) como “subproletariado”. Diante disto, tal lugar social e territorial sofre mais intensamente os atravessamentos impostos pelo avanço do neoliberalismo. Este fenômeno é analisado neste ensaio em seu recente desdobramento sobre uma nova forma de gerir e organizar o mundo do trabalho: a chamada “plataformização”.

Para o desenvolvimento das análises cabíveis frente à realidade analisada, tem-se o Materialismo Histórico-Dialético como lente para a leitura, entendimento e busca para a transformação. É fato: não se pode apenas olhar para uma dada realidade, atestar seus conflitos e não buscar resolvê-los. Por isso mesmo, opta-se pela perspectiva marxiana de compreensão do real, uma vez que nesta, a mudança se faz o caminho irrevogável, como na 11ª “Tese sobre Feuerbach”, trazida por Karl Marx (2007, p. 535), e a qual se tornaria uma das frases mais célebres do marxismo: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”.

Eis a concepção que sintetiza a transição do mero pensamento filosófico contemplativo para a busca pelo alcance da chamada práxis revolucionária. Em outras palavras, almeja-se, assim, a partir das elucubrações presentes neste ensaio, construir à necessária união dialética entre teoria e ação. A unidade entre elementos

que, embora distintos, atuam em ações inequivocamente indissociáveis na luta pela transformação da concretude que se quer mudar.

Diante das transformações promovidas pelo fenômeno da plataformização do trabalho, as quais reconfiguram as formas de inserção produtiva, as relações de produção e as relações sociais dentro dos próprios espaços urbanos, produziu-se impactos que transcendem a dimensão econômica e alcançam as dinâmicas culturais locais, particularmente nos subúrbios do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a cultura suburbana carioca constitui um campo privilegiado para compreender como as plataformas digitais influenciam os modos de sociabilidade, pertencimento e organização coletiva em territórios marcados por identidades, práticas culturais e redes de solidariedade próprias.

Considerando tais mudanças, este ensaio pretende analisar as relações entre trabalho plataformizado e a cultura suburbana carioca, orientando-se pela seguinte pergunta norteadora: como a plataformização do trabalho influencia as relações sociais no contexto da cultura suburbana carioca?

Plataformização do Trabalho: Nova Face da Precarização

As plataformas digitais atualmente se firmam como um dos vetores mundiais das formas contemporâneas que, ao mesmo tempo, viabilizam a maior dinamização dos fluxos globais do capital, promove a sua centralização e dispersão controlada do trabalho, uma vez que se sustentam em um processo de informalização do trabalho, inauguram formas inovadoras de terceirização e externalizam aos trabalhadores riscos e custos do negócio. Constitui-se, assim, os trabalhadores *just-in-time* (Abílio, 2020) a partir destes modelos de negócios baseados na tecnologia digital a qual se incumbem a exercer, supostamente, apenas a intermediação de serviços, manejando os meios técnico-políticos que viabilizam novas configurações que combinam a informação e a informalidade. Tais processos técnicos e políticos complexos se inserem no gerenciamento algorítmico do trabalho.

A plataformização do trabalho refere-se a um modelo de gestão do trabalho baseado na intermediação de atividades laborais por plataformas digitais, como é o caso do iFood, Uber, 99, Rappi, entre outras. Esse fenômeno impôs um novo modelo de organização do trabalho onde os trabalhadores são parceiros que ofertam serviços

nas plataformas. Assim, sob a aparência de flexibilidade e autonomia, há uma intensificação da precarização laboral, esvaziamento dos direitos trabalhistas e transferência dos riscos econômicos decorrentes da prestação de serviços para os trabalhadores-parceiros.

Diante disto, de acordo com Antunes, Basso e Perocco (2023), esta nova forma de gestão do trabalho e de exercício laboral contempla os moldes do “salário por peça” (ao invés da remuneração por jornada), um trabalho do tipo *freelance*, autonomizado, “empreendedorizado” e com perda da fruição dos direitos sociais constitucionalmente assegurados para a classe trabalhadora. Na visão destes autores, tais processos reduziram a diferenciação entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo de reprodução da força de trabalho, uma vez que a disponibilidade para trabalhar e para encontrar trabalho torna-se integral durante todo o dia e toda a noite.

Com o avanço das tecnologias digitais, o trabalho digital vem sendo, cada vez mais, regidos segundo a lógica taylorista. Isto ocorre porque o trabalho tende a se tornar mais simples, padronizado e submetido a um elevado grau de controle no que se refere ao seu processo, processo esse viabilizado pelos algoritmos das plataformas. Tais formas de exercício do controle algorítmico possuem similaridades com o controle taylorista industrial atrelado aos “tempos e movimentos” e aos produtos gerados da produção (Antunes; Basso; Perocco, 2023).

A plataformaização do trabalho foi gestada com o surgimento e operação da Uber, o que ocorreu a partir de 2014 com o início das operações no Brasil, e, juntamente a ela, um modelo de negócios baseado em uma alta tecnologia digital de modo que a plataforma, por meio do seu algoritmo, controla e gerencia o trabalho dos chamados “parceiros”. Tal configuração preza por afirmar uma relação cliente-fornecedor, rejeitando por completo qualquer relação de trabalho envolvida e, assim, concretizando um trabalho informal. Isto ocorre porque os parceiros são considerados empreendedores autônomos que utilizam a plataforma e, portanto, se caracterizam como clientes que contratam o serviço da rede para receberem chamados, ou solicitações de serviços, dos chamados “agentes demandantes”.

Com isso, percebe-se que a contemporaneidade aponta mais uma vez para os movimentos analisados na segunda metade do século XX pelos teóricos crítico-reprodutivistas (Bourdieu; Passeron, 1982; Establet; Baudelot, 2026). Importa dizer que tais autores contribuíram para a análise e compreensão de como a relação

trabalho-educação apontava diretamente para a construção de uma sociedade de classes cada vez mais injusta, na qual a educação formal da classe trabalhadora (contrário do que se podia imaginar), contribuiria mais para ampliar desigualdades e pobreza, do que para legitimar uma possível (e sonhada) ascensão social.

Gramsci, na primeira metade do século XX, apontava para a necessidade de uma sonhada escola unitária, a qual seria capaz de articular a relação trabalho-educação como fundante do processo de educação formal dos sujeitos. No entanto, os autores franceses setentistas da teoria da reprodução, em especial, Establet e Baudelot (2026), trouxeram em sua obra a antítese do almejo gramsciano, pois, a bem da verdade, o que se vê é a existência de uma dualidade de caminhos formativos a qual segrega a educação escolar das classes favorecidas daquela que ocorre na e para as classes subalternas. Com isso, a manutenção social se constrói também a partir das desigualdades formativas presentes nos sistemas educacionais.

A realidade da plataformização atua de forma semelhante e é mais um capítulo na construção de uma leitura da realidade que é pseudo e ilusória para aqueles que fazem parte das frações mais subalternas da classe trabalhadora. Um falso cognato que leva trabalhadoras e trabalhadores a uma visão de “liberdade” e possível mudança de lugar ocupado na sociedade a qual não ocorrerá por meio das “possibilidades” profissionais trazidas pelo novo modelo de organização do trabalho. Contrário a isso, o que se tem é a concretização do que Marx e Engels há séculos mostraram, ou seja, a subsunção real do trabalhador ao capital (Marx, 1969).

O trabalhador se prende a uma falsa visão do que produz e de como o faz, bem como do valor de sua produção e produtividade, exercendo um trabalho alienado. Este, ao mesmo tempo, o impede de visualizar e entender o que está acontecendo, não permitindo ver onde se encontra inserido, distanciando-o dos feitos de seu exercício laboral e o aprisionando em uma relação trabalhista cada vez mais injusta e precarizada. É fato concreto: a ampliação da informalidade resulta nesses movimentos contemporâneos constatados.

Ainda em relação ao aspecto da informalidade, base das relações trabalhistas no interior das empresas-plataforma, segundo Manzano, Krein e Abílio (2023), este é tratado como um fenômeno em que pessoas ocupam funções e são assalariadas, porém tais ocupações consistem em “atividades não organizadas, de baixa

produtividade, de baixos rendimentos e que estão à margem do marco legal institucional vigente no país”.

Adicionalmente, diante da profusão da ideologia neoliberal, do chamado “empreendedorismo de si mesmo” (Dardot; Laval, 2016), quando o sujeito se comporta segundo uma lógica empresarial, e da suposta liberdade individual diante da flexibilidade de carga horária, criou-se o ambiente político entre os trabalhadores plataformizados no qual há ojeriza à regulação do Estado na seara do trabalho intermediado por tecnologias. Estes entendem esta atuação estatal como uma intervenção indevida que inviabilizaria o dito “progresso”. Assim, o que há é um vazio normativo, e, conseqüentemente, nenhuma ação regulatória e jurídica do Poder Público, prevalecendo a total desproteção de usuários e trabalhadores diante das relações que estabelecem com as plataformas.

Ocorre, desta forma, em seu lugar, uma autorregulação destas estruturas tecnológicas, de acordo com Daniela Antunes (2023). Diante deste conjunto de atributos e contornos políticos, a narrativa da autonomização do trabalho, da flexibilização e de uma suposta liberdade aos trabalhadores coexiste com um real processo de extrema sujeição da classe trabalhadora ao capital que gerencia e autorregula as plataformas por meio da programação algorítmica.

No caso carioca, esse modelo impacta fortemente os habitantes dos subúrbios, que, em grande número, veem na *gig economy* uma forma imediata de geração de renda em meio à informalidade estrutural e ao desemprego. No entanto, a ideia de um “bico” que complemente a renda não corresponde à realidade suburbana onde os trabalhadores encaram a informalidade e as ocupações laborais intermitentes como sendo suas fontes principais que viabilizam a subsistência.

Os motoboys, motoristas, entregadores e *freelancers* operam em lógica de “disponibilidade permanente”, muitas vezes submetidos a jornadas extensas e rendimento instável. Para muitos desses trabalhadores, a plataformização se insere como uma extensão contemporânea das lógicas históricas de informalidade que marcam o trabalho urbano brasileiro – só que agora mediada por algoritmos.

Subúrbio e Plataformas: Tensões entre Aspectos Culturais e Sobrevivência

A entrada das plataformas nas dinâmicas de trabalho suburbanas impacta diretamente as formas de vida e produção cultural. De um lado, muitos agentes culturais dos subúrbios recorrem às redes digitais como meio de divulgação, financiamento e reconhecimento de seus trabalhos – ou seja, há um uso criativo das plataformas para sustentar práticas culturais. De outro, o imperativo da sobrevivência, mediado por trabalhos instáveis e intensos, muitas vezes retira tempo e energia da produção cultural local, dificultando a continuidade de iniciativas artísticas autônomas.

Diante do exposto, a ligação entre trabalho por aplicativos e a produção de cultura nos subúrbios cariocas se estabelece com o entendimento de que o trabalho se organiza, para além da dimensão econômica, a partir das esferas do tempo, do espaço territorial, das formas de sociabilidades e da produção da cultura local. Na perspectiva do materialismo histórico e dialético, a cultura é produzida nas relações sociais concretas e, desta forma, as metamorfoses que permeiam o mundo do trabalho refletem nas formas de vida suburbanas e de expressão cultural dessas localidades.

Ao falar de cultura, é explícito que historicamente determinados elementos culturais são difundidos como sendo de maior valia e, por consequência, deve constituir em um modelo a ser difundido globalmente e aceito como referência na construção intelectual, artística e é claro, educacional. Assim, os elementos culturais que vão desde músicas e formas de falar, até mesmo a mecanismos de avaliação escolar, conteúdos e currículos formativos, são concebidos a partir da cultura e das formas de pensamento da classe dominante.

No caso dos subúrbios cariocas, essa relação pode ser desenvolvida da seguinte maneira: o crescimento do trabalho por aplicativos coincide com a consolidação de uma cultura suburbana caracterizada pelas questões que envolvem a mobilidade, a informalidade, pela necessidade econômica de busca do empreendedorismo como forma de reinvenção da classe trabalhadora em busca de prover os meios de vida para a sobrevivência.

Grande parcela dos trabalhadores plataformizados vivem no movimento pendular entre os subúrbios e os centros, realizando deslocamentos diários longos, produzindo, assim, no movimento de circulação urbana, uma experiência que colabora para a formação das identidades sociais. A jornada de trabalho destes trabalhadores,

a qual alcança, segundo a Pnad Contínua de 2024, uma média de 44,8 horas semanais, reorganiza o uso do tempo livre, as relações familiares, a participação comunitária e as práticas relacionadas à cultura.

As mudanças na experiência do suburbano com o fenômeno da plataformização do trabalho criam narrativas e linguagens novas. Estas novas formas de vida empreendidas pelas plataformas digitais modificam as rotinas dos trabalhadores e se expressam em produções audiovisuais e em conteúdos nas redes sociais. Tais expressões enfatizam as mudanças de vida destes trabalhadores: a fadiga, a violência, a inconstância em termos de previsibilidade de renda e as estratégias diárias de sobrevivência. A cultura suburbana incorpora esta nova realidade que perpassa a população como parte de uma identidade coletiva baseada em uma nova “subsunção real da viração” (Abílio, 2020). Assim, há uma reinterpretação da dinâmica e das relações centro-subúrbio das cidades, como é o caso do Rio de Janeiro.

Há também uma dimensão espacial importante. O subúrbio carioca historicamente foi constituído como território da classe trabalhadora, marcado por deslocamentos pendulares entre moradia e trabalho. Com a plataformização do trabalho, os subúrbios, os quais abrigam o domicílio da classe trabalhadora, não é mais visto como um “local para dormitório” e passam a compor um local que abriga o próprio exercício do trabalho. A cidade inteira transforma-se em local de produção de valor, enquanto o subúrbio permanece como espaço de reprodução da força de trabalho. Essa condição aprofunda desigualdades históricas, mas também fortalece redes de solidariedade e pertencimento que se expressam em coletivos, associações de trabalhadores, grupos digitais e manifestações culturais locais.

A cultura dos subúrbios e o trabalho plataformizado também refundam a ideologia do que se entende por empreendedorismo. Os discursos difundidos pelas plataformas e pelos criadores de conteúdos de internet alimentam que o trabalhador por aplicativo é um “prestador de serviços” e, portanto, equivale a um proprietário do seu próprio negócio, sendo livre para trabalhar a hora que quiser. Tal narrativa coexiste com uma realidade baseada na superexploração, com intensificação, desproteção legal e rebaixamento remuneratório destes trabalhos.

Esses tensionamentos aparecem em letras de funk e *rap*, em rodas de samba, em produções culturais suburbanas e nos relatos compartilhados nas redes sociais,

revelando a contradição entre a promessa de autonomia e a realidade da subordinação algorítmica. Dialeticamente, essa contradição reflete de forma que a cultura que reproduz determinados valores do capitalismo também é a mesma que gera a crítica e encontra novas formas de resistência.

De acordo com Ludmila Abílio (2021) as dinâmicas vivenciadas nos subúrbios refletem um modo de vida que ela denomina por “viração”. Este conceito compreende uma das categorias centrais para entender o trabalho hodierno nas periferias e subúrbios brasileiros diante do fenômeno da plataformização do trabalho. A autora defende que a “viração” não se resume aos “bicos” ou ao trabalho informal, mas constitui um modo de organização da vida e da reprodução social característico do capitalismo periférico.

A “viração” refere-se ao estado permanente de improvisação e mobilização de estratégias de sobrevivência diante da ausência de garantias sociais e da instabilidade do trabalho. Trata-se de um cotidiano em que os indivíduos transitam continuamente entre diferentes ocupações, fontes de renda e formas de inserção laboral, sem fronteiras nítidas entre emprego formal, informalidade, desemprego e trabalho doméstico. A vida passa a ser organizada pela necessidade constante de “se virar” (Abílio, 2021).

A plataformização não é a fundadora da “viração”. As plataformas se apropriaram desta dinâmica historicamente estabelecida nas periferias brasileiras sob a imposição de trabalhos informais e precários para estas populações. As plataformas digitais transformam em modelo de negócios aquilo que já fazia parte das estratégias de sobrevivência de muitos trabalhadores: disponibilidade permanente, múltiplas ocupações, instabilidade da renda e autogerenciamento cotidiano.

Além disso, há um risco de que ocorra a captura das expressões culturais periféricas pelas próprias lógicas das plataformas dominantes. Estas impõem padrões de visibilidade, engajamento e consumo digital que são incompatíveis com as demandas, os movimentos de circulação de sentidos e os valores que são inerentes às culturas locais suburbanas.

A estética da viralização muitas das vezes pressiona por adaptações culturais aos modelos impostos empresarialmente e diluições de dinâmicas sociais que existiam. Assim, o mercado capitalista se apropria de elementos simbólicos e transforma a cultura suburbana em um “produto” para consumo massivo, o que pode

gerar tensões entre autenticidade e imposições decorrentes da lógica da reprodução do capital.

Considerações Finais

A relação entre cultura carioca, subúrbio e plataformização do trabalho revela não apenas transformações materiais no mundo do trabalho, mas também reconfigurações simbólicas da cidade do Rio de Janeiro. Os subúrbios continuam sendo territórios de invenção e resistência cultural, ainda que hoje atravessados por novos mecanismos de controle, exploração e mediação algorítmica no que se refere ao mundo do trabalho, cada dia mais dominado por plataformas digitais.

A disputa por reconhecimento cultural e por condições dignas de vida se entrelaça com os desafios que pressupõem construir políticas públicas que reconheçam o valor do trabalho e da cultura. Este binômio trabalho-cultura emerge das dinâmicas próprias que caracterizam os subúrbios cariocas em tempos de plataformização do trabalho e da consequente apropriação capitalística dos modos de vida singulares destas localidades.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador *just-in-time* na periferia. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 933-955, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br>. Acesso em 20 de julho de 2026.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.

ANTUNES, Daniela Muradas. Inteligência artificial: o direito e o avesso. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 163-172.

ANTUNES, Ricardo; BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio. O trabalho digital, seus significados e seus efeitos, no quadro do capitalismo pandêmico. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 41-52.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. **A escola capitalista na França**. Campinas: Editora da Unicamp, 2026.

CARNEIRO, Sandra de Sá; MATTOSO, Rafael. **Subúrbios**: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Trabalho por meio de plataformas digitais 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de julho de 2026.

MANZANO, Marcelo; KREIN, José Dari; ABÍLIO, Ludmila Costhek. A dinâmica da informalidade no Brasil nas primeiras duas décadas do século XXI. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 230-248.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1969.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

RAMOS, Marise; MORATORI, Raquel. Uma reflexão sobre o conceito de cultura e sua relação com o trabalho e a ciência no projeto educativo. In: ALBUQUERQUE, Gregorio Galvão de; VELASQUES, Muza Clara; BATISTELLA, Renata (org.). **Cultura, politecnia e imagem**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p. 65-90.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.